REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EMANCIPATÓRIAS E DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE CIDADÃOS

INCLUSIVE EDUCATION IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL: EMANCIPATORY PEDAGOGICAL PRACTICES AND CHALLENGES FOR CITIZEN FORMATION

EDUCACIÓN INCLUSIVA EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA EDUCACIÓN PRIMARIA: PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS EMANCIPADORAS Y DESAFÍOS PARA LA FORMACIÓN DE CIUDADANOS

Edivana Monteiro Serrão

Mestranda Pela Veni Creator Christian University

E-mail: monteiroedivana90@gmail.com

Fábio Coelho Pinto

Doutor pela Veni Creator Christian University

E-mail: profphabiopinto@gmail.com

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a educação inclusiva nos primeiros anos do Ensino Fundamental, com foco em práticas pedagógicas que promovam a emancipação de alunos com deficiência. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, explicativa e bibliográfica, permitindo a compreensão das políticas, desafios e estratégias necessárias para a efetivação da inclusão escolar. A análise evidencia que a simples presença de alunos com deficiência em salas regulares não garante inclusão; é necessário um compromisso ético, social e pedagógico, que envolva a formação continuada dos professores, adaptações curriculares significativas, recursos acessíveis e acolhimento emocional. Os resultados apontam que a persistência de práticas excludentes e de uma cultura escolar segregadora limita a potencialidade desses alunos, reforçando a importância de metodologias emancipatórias que reconheçam as singularidades e promovam o protagonismo estudantil. Destaca-se ainda o papel da família e da comunidade escolar na construção de um ambiente inclusivo e democrático. Conclui-se que a educação inclusiva deve ser compreendida como um movimento político, ético e social, voltado para a valorização da diversidade, o desenvolvimento integral dos alunos e a formação de cidadãos conscientes e atuantes.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

Palavras-chave: Educação inclusiva; Práticas pedagógicas; Emancipação; Ensino Fundamental; Diversidade.

Abstract

This study aims to analyze inclusive education in the early years of Elementary School, focusing on pedagogical practices that promote the emancipation of students with disabilities. The research adopted a qualitative, explanatory, and bibliographic approach, allowing an understanding of the policies, challenges, and strategies necessary for effective school inclusion. The analysis shows that the mere presence of students with disabilities in regular classrooms does not guarantee inclusion; an ethical, social, and pedagogical commitment is required, involving continuous teacher training, significant curricular adaptations, accessible resources, and emotional support. The results indicate that the persistence of exclusionary practices and a segregating school culture limits the potential of these students, highlighting the importance of emancipatory methodologies that recognize singularities and promote student protagonism. The role of families and the school community in building an inclusive and democratic environment is also emphasized. It is concluded that inclusive education should be understood as a political, ethical, and social movement aimed at valuing diversity, fostering the holistic development of students, and forming conscious and active citizens.

Keywords: Inclusive education; Pedagogical practices; Emancipation; Elementary school; Diversity.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo analizar la educación inclusiva en los primeros años de la Educación Primaria, centrándose en prácticas pedagógicas que promuevan la emancipación de los estudiantes con discapacidad. La investigación adoptó un enfoque cualitativo, explicativo y bibliográfico, lo que permitió comprender las políticas, desafíos y estrategias necesarias para la inclusión escolar efectiva. El análisis evidencia que la mera presencia de estudiantes con discapacidad en aulas regulares no garantiza la inclusión; se requiere un compromiso ético, social y pedagógico, que incluya la formación continua de docentes, adaptaciones curriculares significativas, recursos accesibles y apoyo emocional. Los resultados indican que la persistencia de prácticas excluyentes y de una cultura escolar segregadora limita el potencial de estos estudiantes, destacando la importancia de metodologías emancipatorias que reconozcan las singularidades y promuevan el protagonismo estudiantil. También se subraya el papel de las familias y de la comunidad escolar en la construcción de un entorno inclusivo y democrático. Se concluye que la educación inclusiva debe entenderse como un movimiento político, ético y social, orientado a valorar la diversidad, favorecer el desarrollo integral de los estudiantes y formar ciudadanos conscientes y activos.

Palabras clave: Educación inclusiva; Prácticas pedagógicas; Emancipación; Educación Primaria;

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

Diversidad.

1. Introdução

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Essa diretriz evidencia a obrigatoriedade de que as instituições de ensino adotem metodologias capazes de contemplar todos os alunos de forma equitativa, garantindo o direito à aprendizagem.

A partir do final do século XX, a educação inclusiva consolidou-se como uma proposta que busca assegurar o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos alunos com deficiência em classes regulares. O papel da escola inclusiva não se restringe ao acolhimento desses estudantes, mas consiste em oferecer condições de ensino e aprendizagem que possibilitem o desenvolvimento de suas potencialidades cognitivas, sociais e afetivas. Para tanto, torna-se indispensável a promoção de práticas pedagógicas que valorizem as capacidades individuais, favorecendo o convívio, a autonomia e a participação ativa (Sacks, 2010; Sánchez, 2011; Oliveira; Drago, 2012; Garcia, 2013; Oliveira et al., 2014; Pagni, 2017).

A implementação de uma educação inclusiva de qualidade requer estratégias específicas para cada contexto escolar e nível de ensino. Nos primeiros anos do Ensino Fundamental, essa necessidade é ainda mais evidente, pois se trata de um período decisivo para o desenvolvimento global da criança. Cabe, portanto, ao professor, em articulação com o corpo escolar, planejar mecanismos metodológicos que assegurem um ensino significativo e acessível para todos os alunos, com e sem deficiência.

A relação entre o currículo, a prática docente e a realidade da turma constituem elemento essencial para o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes. Nesse sentido, destacam-se a atuação da gestão escolar na promoção de cursos de formação continuada, bem como o envolvimento da família como fator

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

determinante na construção de vínculos de confiança e pertencimento entre o aluno e a escola.

Apesar dos avanços legais e das políticas públicas que asseguram o direito à educação para todos, muitos alunos com deficiência ainda encontram barreiras pedagógicas, estruturais e atitudinais nos primeiros anos do Ensino Fundamental. A falta de preparo pedagógico, a escassez de recursos acessíveis e a ausência de uma formação continuada consistente dificultam a consolidação de práticas verdadeiramente inclusivas. Diante desse cenário, emerge a seguinte questão norteadora: Como as práticas pedagógicas podem ser organizadas e desenvolvidas para garantir a efetiva inclusão de alunos com deficiência nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

A escolha da temática, justifica-se pela necessidade de ampliar a reflexão sobre estratégias pedagógicas que promovam uma educação de qualidade, equitativa e humanizadora, respeitando as diferenças e valorizando as potencialidades de cada aluno. Ademais, a pesquisa pretende contribuir para a formação de educadores mais sensíveis, críticos e comprometidos com a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, fortalecendo as políticas públicas e as práticas pedagógicas pautadas nos princípios da equidade, acessibilidade e participação.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender os fenômenos relacionados à educação inclusiva a partir do universo dos significados, percepções e práticas sociais, sem recorrer à quantificação numérica. Segundo Minayo (2009, p. 21), a pesquisa qualitativa concentra-se nos valores, atitudes, crenças, motivações e experiências dos indivíduos, permitindo compreender a complexidade das relações sociais e educativas.

A pesquisa se caracterizou como explicativa, pois objetiva investigar as causas, relações e impactos das práticas pedagógicas inclusivas, buscando entender por que determinadas barreiras persistem no contexto escolar e quais fatores contribuem para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Esse enfoque permite analisar criticamente a realidade educacional e propor

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

reflexões sobre mudanças estruturais e pedagógicas necessárias para a promoção da inclusão.

Adicionalmente, o estudo é de natureza bibliográfica, fundamentando-se na análise e interpretação de literaturas especializadas, legislações e documentos oficiais relacionados à educação inclusiva, como a Constituição Federal (1988), a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (2015). A pesquisa bibliográfica é essencial para compreender o estado da arte sobre o tema, identificar lacunas no conhecimento e consolidar um referencial teórico que sustente a análise e discussão dos resultados.

O procedimento metodológico seguiu as etapas clássicas da pesquisa qualitativa: inicialmente, foi realizada uma leitura e seleção criteriosa da literatura, seguida da análise interpretativa dos textos, considerando conceitos centrais como emancipação, inclusão, diversidade e protagonismo. A interpretação dos dados bibliográficos foi orientada pelo método hipotético-dedutivo, conforme Moreno (2014), permitindo a formulação de inferências sobre as condições e práticas que favorecem ou dificultam a inclusão escolar.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou compreender a educação inclusiva não apenas como um conceito teórico, mas como um fenômeno social, político e pedagógico, permitindo fundamentar propostas de intervenção e reflexão crítica sobre a transformação da escola em um espaço democrático e emancipatório.

1.1 Objetivos Gerais

O estudo tem como objetivo geral: Analisar as práticas pedagógicas utilizadas nos primeiros anos do Ensino Fundamental que favorecem a inclusão de alunos com deficiência, à luz das políticas educacionais inclusivas e dos desafios enfrentados no cotidiano escolar. E como objetivos específicos: investigar as principais práticas pedagógicas adotadas por professores no processo de inclusão de alunos com deficiência; compreender o papel da formação docente e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na efetivação da inclusão escolar; identificar os principais desafios enfrentados por

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

educadores e gestores na construção de um ambiente escolar inclusivo.

2. Revisão da Literatura

A educação desempenha papel fundamental na formação integral do ser humano. Quando o processo educativo é planejado e estruturado pedagogicamente, torna-se possível que o cidadão alcance maiores oportunidades de desenvolvimento pessoal, profissional e social, estabelecendo relações mais flexíveis e construtivas no convívio cotidiano.

A educação inclusiva tem se consolidado, nas últimas décadas, como um dos principais temas dos debates educacionais e políticos contemporâneos. Ela viabiliza estratégias e condições para a inserção de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, valorizando não apenas a aquisição do conhecimento, mas também a socialização e a convivência democrática no ambiente escolar. Contudo, em muitas regiões, sua efetivação ainda é limitada, devido à escassez de recursos, à falta de preparo docente e à dificuldade das instituições em adaptar suas práticas pedagógicas para atender, de modo pleno, a todos os estudantes.

O direito à educação para as pessoas com deficiência é garantido por diversos instrumentos legais, tanto nacionais quanto internacionais. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso III, estabelece que é dever do Estado assegurar o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). A partir dessa determinação, leis e normas complementares foram sendo criadas e aprimoradas, fortalecendo o compromisso do sistema educacional com uma educação igualitária e inclusiva.

Um marco importante nesse processo foi a Declaração de Salamanca, resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em 1994, na Espanha. O documento reafirma o princípio de que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

emocionais ou linguísticas, devem ter acesso à escola regular, que deve se adaptar para atender à diversidade de seus alunos (BRASIL, 1994). Segundo Vieira (2005, p. 23):

> os signatários da Declaração [...] não poderiam ficar insensíveis aos desafios teórico-práticos de uma efetiva implementação de políticas de educação inclusiva, considerando as reais condições de atendimento de muitos países, ainda calcados em programas segregacionistas.

A reflexão de Vieira (2005) evidencia um ponto central na discussão sobre educação inclusiva: a distância entre os ideais proclamados em documentos internacionais e a realidade prática vivenciada em muitos países. Ao mencionar que os signatários da Declaração não poderiam ignorar os desafios teórico-práticos, o autor sinaliza que a implementação de políticas inclusivas exige mais do que compromissos formais; requer análise crítica das condições estruturais, pedagógicas e sociais das instituições de ensino. Isso ressalta a complexidade do processo inclusivo, que vai além da legislação, envolvendo fatores culturais, econômicos e organizacionais.

Vieira também aponta para a persistência de programas segregacionistas em diversas regiões, destacando que muitos sistemas educacionais ainda operam com base na separação de alunos com deficiência, em vez de promover a integração plena. Essa observação é crucial porque demonstra que, mesmo com avanços legais, práticas excludentes podem se perpetuar quando não há reestruturação das práticas pedagógicas, formação adequada de professores e investimento em recursos acessíveis. O alerta do autor reforça a necessidade de um compromisso efetivo com a transformação das escolas, para que a inclusão seja real e não apenas simbólica.

Além disso, o comentário de Vieira sugere que políticas inclusivas devem ser contextualizadas e adaptadas à realidade de cada país ou região. A educação inclusiva não pode ser importada como um modelo pronto; ela exige sensibilidade às condições locais, às necessidades dos alunos e às limitações institucionais. Nesse sentido, o autor reforça a importância de ações planejadas, monitoradas e acompanhadas por políticas públicas que considerem as barreiras existentes, garantindo que os princípios da Declaração de Salamanca sejam traduzidos em

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

práticas concretas e efetivas dentro das escolas.

No contexto brasileiro, a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), reforça esse direito ao afirmar que "a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis, aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais" (Brasil, 2015).

Apesar dos avanços normativos, a consolidação da educação inclusiva ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e atitudinais. Incluir um estudante com deficiência em uma turma regular não se limita à sua presença física; implica repensar o currículo, a avaliação, a gestão escolar e as concepções de ensino e aprendizagem. Conforme Glat e Nogueira (2002, p. 26), "a inclusão não consiste apenas na permanência do aluno junto aos demais, mas na reorganização do sistema educacional, de modo a atender às diferenças e necessidades de todos".

Dessa forma, a educação inclusiva constitui um projeto social e ético voltado à construção de uma escola fundamentada em valores como liberdade, respeito, solidariedade, tolerância e equidade. Ela busca assegurar o direito de todos à aprendizagem e à participação plena na vida escolar. A Declaração de Salamanca (1994) já destacava que o sistema educativo deveria "acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras", incluindo aquelas com deficiência, superdotação, pertencentes a minorias étnicas ou em situação de vulnerabilidade (Brasil, 1994, p. 6).

Nesse contexto, cabe ressaltar que a inclusão não se restringe às crianças, mas abrange também jovens e adultos que, por razões diversas, foram excluídos da escola. Assim, o conceito de inclusão amplia-se, passando a envolver todos os sujeitos que necessitam de oportunidades reais de aprendizagem e de integração social. Esse movimento desafia a escola tradicional a romper paradigmas e adotar práticas que assegurem igualdade de acesso e permanência para todos.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

Entre as deficiências mais recorrentes no ambiente escolar, a deficiência auditiva exige atenção especial, pois traz muitas implicações para o desenvolvimento do indivíduo, considerando que a audição é essencial para a aquisição da linguagem falada, influenciando a integração de experiências e o equilíbrio psicológico. Nesse sentido, é essencial que o professor possua conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), conforme estabelece o Decreto nº 5.626/2005, e desenvolva estratégias pedagógicas adequadas para promover a aprendizagem e a comunicação.

De igual modo, a deficiência intelectual requer práticas pedagógicas diferenciadas. A Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento (AAIDD) define-a como uma condição caracterizada por "limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, composto por habilidades sociais e práticas" (France, 2022, p. 4). Assim, o ensino deve priorizar, além do desenvolvimento cognitivo, o estímulo às dimensões afetiva, social e funcional do estudante.

Essas demandas evidenciam a importância da formação docente continuada, pois o professor é o principal agente mediador do processo inclusivo. Como afirma o Ministério da Educação (MEC, 1993, apud PIRES, 2005, p. 15), "o professor deve conceber-se como agente de mudança social, comprometido com as condições da escola e com a qualidade de sua formação acadêmica".

Entretanto, Lima (2002, p. 40) observa que muitos futuros professores "sentem-se inseguros diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais", o que demonstra lacunas na formação inicial. Essa realidade reforça a necessidade de investimentos em políticas públicas voltadas à capacitação docente e à criação de ambientes escolares inclusivos.

O sucesso da inclusão escolar depende, ainda, do trabalho coletivo entre professores, gestores, equipe pedagógica e famílias. Segundo Buscaglia (1997), "a presença e o envolvimento da família são fundamentais para o desenvolvimento da criança com deficiência". Assim, a escola precisa atuar como espaço de diálogo e corresponsabilidade, promovendo práticas pedagógicas que valorizem as diferenças e fortaleçam vínculos afetivos e sociais.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

Como sintetizam Karmem e José (2002), “a inclusão escolar é também um processo socioafetivo; o educando deve sentir-se acolhido e perceber que a diversidade não constitui obstáculo, mas estímulo para a formação de uma consciência coletiva”. Os autores ressaltam que a inclusão escolar não se limita à presença física de alunos com deficiência em salas de aula regulares; ela envolve, sobretudo, uma dimensão socioafetiva. Ao enfatizar que o educando deve sentir-se acolhido, os autores apontam para a importância do ambiente escolar como espaço de pertencimento, onde cada aluno reconhece seu valor e suas capacidades. Esse aspecto socioafetivo é fundamental para que a aprendizagem ocorra de forma plena, pois a sensação de aceitação e segurança influencia diretamente o engajamento e a motivação do estudante.

Consideram que a diversidade não deve ser percebida como um obstáculo, mas como um estímulo para o desenvolvimento de uma consciência coletiva. Nesse sentido, a inclusão promove interações que favorecem o respeito às diferenças, a empatia e a cooperação entre os alunos. Esse enfoque socioafetivo contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e solidários, capazes de valorizar a pluralidade e de atuar de forma ética e responsável na sociedade.

Karmem e José (2002) ampliam a compreensão de inclusão ao situá-la como um processo integrador que envolve não apenas o aprendizado acadêmico, mas também a construção de vínculos sociais e emocionais. A escola, portanto, precisa ser um espaço que combine ensino de qualidade com práticas que promovam a aceitação, o respeito e a valorização da diversidade, consolidando uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipatória. Portanto, a educação inclusiva é um compromisso ético, político e pedagógico, que exige o envolvimento de toda a comunidade escolar na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A garantia da inclusão escolar se efetiva mediante, a superação de práticas pedagógicas segregacionistas. Neste sentido, Veríssimo (2023) evidencia que práticas pedagógicas segregadoras não apenas limitam o acesso à aprendizagem, mas comprometem o próprio sentido de emancipação humana. Essa compreensão dialoga diretamente com a crítica de Paulo Freire à

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

pedagogia utilitarista e tecnicista: em vez de tratar os alunos com deficiência como objetos de intervenção, a escola emancipadora deve ser um espaço ético de reconhecimento das singularidades e de construção coletiva do saber. Assim,

> Educar para emancipar exige práticas pedagógicas que criem condições para que cada aluno possa viver livremente e ser capaz de desenvolver todas as suas potencialidades. Por essa premissa, práticas que sustentem ações segregadas, pouco ou nada favorecem a emancipação dos alunos com deficiência. (Veríssimo, 2025, p. 15).

Veríssimo (2025) enfatiza que a educação emancipatória vai muito além da simples transmissão de conteúdos; ela exige práticas pedagógicas que promovam a liberdade e o pleno desenvolvimento das potencialidades de cada aluno. Ao colocar a emancipação como objetivo central, o autor reforça a ideia de que o processo educativo deve respeitar as singularidades de cada estudante, oferecendo oportunidades de aprendizagem que considerem seus ritmos, interesses e capacidades individuais.

Nesse contexto, práticas segregadas ou excludentes são criticadas por não contribuírem para a emancipação dos alunos com deficiência. A separação física ou curricular, muitas vezes presente em modelos educacionais tradicionais, limita não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a participação ativa e o protagonismo do aluno no processo de aprendizagem. Veríssimo alerta que a inclusão não se restringe à presença do estudante na sala de aula, mas deve se manifestar em práticas pedagógicas que efetivamente promovam autonomia e reconhecimento das diferenças.

A reflexão do autor dialoga com concepções de educação crítica, como as propostas por Freire, ao reforçar que a escola deve ser um espaço ético, democrático e transformador. A emancipação, nesse sentido, envolve não apenas o domínio de conteúdos acadêmicos, mas também a formação de sujeitos conscientes, críticos e capazes de atuar de forma responsável na sociedade, reconhecendo e valorizando a diversidade como elemento enriquecedor do processo educativo.

Sob essa perspectiva, a inclusão não se resume à presença física do

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

estudante na sala de aula. Ela requer mudanças curriculares, adaptações pedagógicas significativas, acolhimento emocional e formação contínua dos docentes. Sem essas transformações estruturais, a escola corre o risco de reproduzir uma lógica segregadora que invisibiliza as vozes e as experiências dos alunos com deficiência, negando-lhes o direito de protagonizar o próprio processo de aprendizagem.

A verdadeira emancipação, portanto, ultrapassa arranjos organizacionais superficiais e implica uma reordenação profunda da cultura escolar, baseada na diversidade e no respeito aos direitos humanos.

Freire (2008, p. 5) reforça esse entendimento ao afirmar que:

> A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político, que defende o direito de todos os indivíduos participarem, de forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, sendo aceitos e respeitados naquilo que os diferencia. No contexto educacional, defende o direito de todos os alunos desenvolverem suas potencialidades e exercerem a cidadania por meio de uma educação de qualidade, construída a partir de suas necessidades, interesses e características.

Freire (2008) amplia a compreensão da inclusão, situando-a não apenas como uma prática pedagógica, mas como um compromisso social, político e ético. O autor ressalta que a inclusão deve garantir que todos os indivíduos participem ativamente da sociedade, de maneira consciente e responsável, sendo respeitados em suas diferenças. Isso reforça que a educação inclusiva não é apenas um direito formal, mas uma dimensão prática da cidadania, em que a diversidade é reconhecida e valorizada como riqueza social.

No contexto educacional, Freire (2008) enfatiza que a inclusão implica permitir que todos os alunos desenvolvam suas potencialidades e apropriem-se de competências essenciais para o exercício da cidadania. Isso demanda uma educação de qualidade, que considere as necessidades, interesses e características de cada estudante, evitando abordagens padronizadas ou homogêneas. Dessa forma, a escola deve ser um espaço de respeito, reconhecimento e valorização das diferenças, promovendo a aprendizagem significativa e o protagonismo de cada aluno.

Além disso, a perspectiva de Freire (2008) dialoga com a ideia de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

emancipação de Veríssimo (2025), ao apontar que a educação inclusiva não se limita à presença física do estudante na sala de aula. Trata-se de transformar o ambiente escolar em um espaço democrático e ético, capaz de formar sujeitos conscientes, críticos e participativos, preparados para interagir de forma responsável na sociedade, respeitando e promovendo a diversidade como elemento central da construção do conhecimento e da cidadania.

A educação inclusiva, portanto, alinha-se à concepção freiriana de cidadania crítica, pois somente uma escola que garanta dignidade, respeito e igualdade de condições poderá formar sujeitos conscientes, autônomos e transformadores de sua realidade.

A análise dos dados teóricos copilados nesta sessão, evidencia que a educação inclusiva não pode ser compreendida como um simples ato de inserção de alunos com deficiência nas escolas regulares. Trata-se de um direito humano fundamental, cuja efetivação requer políticas públicas consistentes, práticas pedagógicas transformadoras e o comprometimento ético de todos os atores da comunidade escolar.

O estudo revela que, embora a Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015) representem avanços significativos no reconhecimento do direito à educação inclusiva, persistem desafios para sua plena concretização no cotidiano escolar.

Os resultados apontam que o principal entrave à consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva reside tanto na estrutura organizacional das instituições de ensino quanto na formação docente. Ainda são frequentes lacunas relacionadas ao preparo pedagógico, ao conhecimento de Libras, à ausência de estratégias de adaptação curricular e, sobretudo, à falta de uma compreensão mais profunda da inclusão como compromisso social e ético. Consequentemente, práticas excludentes continuam sendo reproduzidas, seja pela escassez de recursos, seja pela manutenção de uma cultura escolar que enxerga a deficiência sob o prisma da limitação e não da diversidade.

Outro ponto relevante refere-se à necessidade de superar o modelo

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

assistencialista, que ainda marca muitas práticas escolares e isola alunos com deficiência em espaços segregados, desconsiderando suas potencialidades e sua autonomia. Em consonância com autores como Freire (2008), Glat (2007), Veríssimo (2023), destaca-se que a escola precisa romper com o paradigma da padronização e reconstruir-se como um espaço democrático de participação, capaz de acolher, respeitar e desenvolver cada sujeito conforme suas necessidades, interesses e possibilidades.

Além disso, evidencia-se o papel fundamental da família no processo de inclusão e a importância de uma atuação integrada entre professores, gestores e comunidade. A inclusão não deve ser entendida como responsabilidade exclusiva do docente, mas como uma tarefa coletiva, que envolve toda a rede de relações que compõe o ambiente escolar. Para tanto, são indispensáveis formação continuada, sensibilização dos profissionais, revisão curricular e investimentos em acessibilidade — física, comunicacional e atitudinal — de modo a garantir uma inclusão efetiva e sustentável.

Por fim, as discussões convergem para a urgência de práticas pedagógicas emancipatórias, pautadas no respeito às singularidades e na valorização do protagonismo dos sujeitos com deficiência. A inclusão deve ser compreendida como um movimento político, ético e social de reconhecimento do outro em sua integralidade. Formar cidadãos conscientes e atuantes requer uma escola que vá além da mera transmissão de conteúdos, assumindo a diversidade como valor educativo e promovendo o direito à aprendizagem com qualidade, equidade e justiça social.

3. Considerações Finais

A construção de uma educação inclusiva nos primeiros anos do Ensino Fundamental exige mais do que a simples adequação às normas legais. Trata-se de um compromisso pedagógico, ético e social, que demanda a participação ativa de todos os atores do processo educativo, incluindo professores, gestores,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

famílias e comunidade. As práticas pedagógicas devem ser planejadas considerando a diversidade, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem, valorizando as potencialidades de cada aluno e assegurando o direito de todos aprenderem em condições de equidade.

Os avanços legislativos, como a Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), consolidaram a educação inclusiva como um **direito humano fundamental**. No entanto, a implementação efetiva desse direito enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a formação insuficiente de professores, a falta de recursos pedagógicos acessíveis, a ausência de adaptações curriculares adequadas e a manutenção de práticas escolares excludentes. Esses fatores revelam que a inclusão ainda não é plenamente compreendida como uma responsabilidade compartilhada e um compromisso social.

Um dos principais entraves à efetivação da inclusão é a persistência de uma cultura escolar segregadora, que, muitas vezes, trata os alunos com deficiência como objetos de intervenção e não como sujeitos capazes de contribuir com o ambiente escolar. O estudo evidencia a necessidade de superar o modelo assistencialista e de promover práticas pedagógicas emancipatórias, que reconheçam e valorizem a singularidade de cada estudante, oferecendo oportunidades de protagonismo, participação e construção coletiva do saber.

A formação continuada dos docentes aparece como elemento central para a consolidação da educação inclusiva. É essencial que os profissionais da educação recebam capacitação em estratégias de ensino inclusivas, conhecimento em Libras, métodos de adaptação curricular e abordagem socioemocional, de forma a compreender a inclusão não apenas como um requisito legal, mas como um compromisso ético e pedagógico. Essa formação deve promover reflexão crítica sobre preconceitos, práticas excludentes e sobre o papel da escola na formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

Além disso, a participação da família e da comunidade escolar é fundamental para fortalecer a inclusão. A colaboração entre professores, gestores e familiares contribui para a criação de um ambiente escolar acolhedor, que

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

respeite diferenças, estimule a convivência e valorize a diversidade como elemento enriquecedor da aprendizagem. A inclusão, portanto, não deve ser vista como responsabilidade isolada do docente, mas como um projeto coletivo que envolve todos os que constroem o cotidiano escolar.

Por fim, a educação inclusiva deve ser compreendida como um movimento político, ético e social, que visa garantir a equidade, a justiça social e o desenvolvimento integral de todos os alunos. Formar sujeitos conscientes e atuantes requer uma escola que vá além da transmissão de conteúdos: que valorize a diversidade como riqueza, promova práticas pedagógicas emancipatórias e assegure oportunidades reais de aprendizagem, participação e protagonismo. Somente assim será possível transformar a escola em um espaço democrático, capaz de preparar cidadãos críticos, solidários e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRIDGET, Somekh; SIKES, Pat. **Action Research**. London: Routledge, 1989. p. 161.

FRANCE, Eliza; SILVA, Eliza. **Inclusão de alunos com deficiência intelectual: recursos e dificuldades da família e de professoras**. EDUR • Educação em Revista, 2022.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 14/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/v2wkag75
Pages: 1-17

FREIRE, S. **Um olhar sobre a inclusão**. Revista Educação, Instituto Superior D. Afonso III, v. XVI, n. 1, p. 5-10, 2008.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, ano 14, n. 24, 2002.

MOROENO, A. **Metodologia científica**: epistemologia e métodos de pesquisa. 2014.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa**: teoria, passos e fidedignidade. 2009.

VERÍSSIMO, Natalia Barbosa. **Práticas pedagógicas inclusivas**: estratégias e possibilidades de ensino e aprendizagem. 2023.

VIEIRA, João José de. **Deficiências e inclusão escolar**. São Paulo: Nacional, 2005.